

PAUL KENNEDY

# ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Transformação Econômica  
e Conflito Militar de 1500 a 2000

Tradução  
Waltensir Dutra

2ª Edição

*Editora Campus*

Para Cath

*Waltensir Dutra*  
*2000/08*

poderes entre a presidência e o Congresso tornava praticamente impossível uma aliança atuante, como também era claro não haver correntes favoráveis ao abandono do isolamento cômodo que existia. Separados das outras nações fortes por milhares de milhas de oceano, tendo um pequeno exército, satisfeitos em ter conseguido o predomínio no hemisfério, e pelo menos depois da saída de Roosevelt, menos ansiosos de praticar uma diplomacia mundial, os Estados Unidos em 1913 estavam à margem do sistema de grandes potências. E como a maioria dos outros países estavam, depois de 1906, voltando sua atenção da Ásia e África para os acontecimentos nos Bálcãs e mar do Norte, talvez não fosse de surpreender que tivessem a tendência de achar que os Estados Unidos eram, no equilíbrio internacional de forças, um fator menor do que lhes parecera na passagem do século. Foi mais um dos pressupostos anteriores a 1914 que a própria Grande Guerra mostraria estarem errados.

### As alianças e o plano inclinado que levou à Guerra, 1890-1914

O terceiro e último elemento para compreender a maneira pela qual o sistema de grandes potências se estava modificando nessas décadas é examinar a instável diplomacia das alianças, desde o desaparecimento de Bismarck até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Embora a década de 1890 visse alguns conflitos relativamente menores (a Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana, a Guerra dos Boêres) e mais tarde um choque maior, embora ainda localizado, com a Guerra Russo-Japonesa, a tendência geral depois dessa época foi no sentido do que Felix Gilbert chamou de “enrigecimento” dos blocos de alianças.<sup>174</sup> Isso foi acompanhado da expectativa, por parte da maioria dos governos, de que se e quando a próxima grande guerra ocorresse, eles seriam membros de uma coalizão. Isso fortaleceria e complicaria as avaliações do poderio nacional relativo, já que os aliados traziam tanto desvantagens como benefícios.

A tendência para a diplomacia de alianças não afetou, é claro, os distantes Estados Unidos nessa época, e só atingiu o Japão de uma forma regional, através das alianças anglo-japonesas de 1902 e 1905. Mas essa diplomacia afetou cada vez mais as grandes potências européias, até mesmo a insular Grã-Bretanha, devido aos receios e rivalidades que surgiram naqueles anos. Essa criação de alianças militares fixas em tempos de paz — raramente vista antes, se é que chegou a existir — foi iniciada por Bismarck em 1879, quando ele procurou “controlar” a política externa de Viena, e advertir São Petersburgo, estabelecendo a aliança austro-alemã. Nos cálculos secretos do chanceler alemão, isso também devia levar os russos a abandonar sua “política errática”<sup>175</sup> e voltar à Liga dos Três Imperadores — o que durante algum tempo ocorreu. Mas o legado duradouro da ação de Bismarck foi o compromisso assumido pela Alemanha de ir em ajuda da Áustria-Hungria no caso de um ataque russo. Em 1882, Berlim tinha concluído um tratado mútuo semelhante com Roma, na hipótese de um ataque francês, e dentro de mais um ano, tanto Alemanha como Áustria-Hungria tinham oferecido uma outra aliança secreta,

para ajudar a Romênia contra a agressão russa. Estudiosos dessa diplomacia insistem em que os objetivos de Bismarck eram principalmente a curto prazo e defensivos — acalmar aliados nervosos em Viena, Roma e Bucareste, manter a França diplomaticamente isolada, preparar posições para um “retrocesso” caso os russos invadissem os Bálcãs. Isso é certo, sem dúvida; mas a verdade é que ele tinha assumido compromissos e mais ainda, que mesmo não sendo a natureza exata desses tratados secretos conhecida publicamente, fez com que tanto a França como a Rússia se preocupassem com seu isolamento e suspeitassem que o grande intrigante em Berlim tinha formado uma coalizão formidável para esmagá-los em caso de guerra.

Embora a “ligação secreta” de Bismarck com São Petersburgo (o chamado Tratado de Resseguro de 1887) impedisse um rompimento formal entre a Alemanha e a Rússia, havia alguma coisa de artificial e de desesperado nesses esforços barrocos e dúbios do chanceler para impedir a constante tendência para uma aliança franco-russa, em fins da década de 1880. As aspirações da França, de recuperar a Alsácia-Lorena, e da Rússia, de expandir-se na Europa oriental, eram contidas principalmente pelo medo da Alemanha. Não havia nenhum outro aliado *continental* de importância para nenhuma delas, e tinham os incentivos mútuos dos empréstimos e armas francesas para a Rússia, e da ajuda militar russa para a França. Embora as divergências ideológicas entre a burguesia francesa e o reacionário regime czarista retardassem essa tendência por algum tempo, o afastamento de Bismarck em 1890 e os movimentos mais ameaçadores do governo de Guilherme II apressaram a decisão. Em 1894 a Tríplice Aliança da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália tinha sido equilibrada pela Aliança Franco-Russa, um compromisso político e militar que duraria tanto quanto a Tríplice Aliança.<sup>176</sup>

Esse novo arranjo parecia estabilizar o cenário europeu, sob vários aspectos. Havia um certo equilíbrio entre os dois blocos de alianças, tornando os resultados de um conflito de grandes potências mais incalculáveis e, com isso, menos prováveis do que antes. Tendo escapado de seu isolamento, França e Rússia voltaram-se para preocupações africanas e asiáticas. Para isso contribuiu também a redução das tensões na Alsácia e na Bulgária; em 1897, na verdade, Viena e São Petersburgo tinham concordado em congelar os Bálcãs.<sup>177</sup> Além disso, a Alemanha também se estava voltando para a *Weltpolitik* enquanto a Itália, ao seu jeito inimitável, envolvia-se com a Abissínia. África do Sul, Extremo Oriente, vale do Nilo e Pérsia ocupavam a atenção do público em meados da década de 1890. Foi também a era do “novo navalismo”,<sup>178</sup> com todas as potências tentando aumentar suas esquadras, na convicção de que marinhas e colônias andavam de mãos dadas. Não é de surpreender, portanto, que nessa época o Império Britânico, embora geralmente distante das complicações européias, se tenha sentido sob forte pressão de velhos rivais como a França e a Rússia, e ainda de novos desafidores como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a importância das cláusulas militares dos blocos de aliança europeus pareciam cada vez menos relevantes, já que uma guerra geral ali não seria provocada por acontecimentos como o choque anglo-francês em Fashoda (1898), a Guerra dos Boêres ou a corrida pelas concessões na China.

Não obstante, a prazo pouco mais longo, essas rivalidades imperiais

afetariam as relações das grandes potências, mesmo em seu contexto europeu. Na passagem do século, as pressões sobre o Império Britânico eram tais que alguns círculos ligados ao Secretário das Colônias Joseph Chamberlain pediram o fim do “isolacionismo esplêndido” e uma aliança com Berlim, enquanto outros ministros, como Balfour e Lansdowne, começavam a admitir a necessidade de concessões diplomáticas. Toda uma série de concessões aos Estados Unidos sobre o Canal do Panamá, a fronteira do Alasca, os pesqueiros de foca etc. — disfarçadas sob a denominação de “reaproximação anglo-americana” — libertaram a Alemanha de uma posição estrategicamente insustentável no hemisfério ocidental e, o que é mais importante, modificaram drasticamente aquilo que os estadistas do século XIX tinham como certo: que as relações anglo-americanas seriam sempre frias, relutantes e ocasionalmente hostis.<sup>179</sup> Ao promover a Aliança Anglo-Japonesa de 1902, os estadistas britânicos também esperavam diminuir um ônus estratégico na China, embora ao preço de apoiar o Japão em certas circunstâncias.<sup>180</sup> E em 1902-1903 houve influentes círculos britânicos que achavam possível fazer concessões à França em questões coloniais, pois ela tinha mostrado, na crise de Fashoda, que não chegaria à guerra pelo Nilo.

Embora todas essas disposições parecessem, a princípio, relacionar-se apenas com os assuntos extra-europeus, tinham relação indireta com a posição das grandes potências na Europa. A solução do dilema estratégico da Grã-Bretanha no hemisfério ocidental, mais o apoio que ganharia da esquadra japonesa no Extremo Oriente, reduziram algumas das pressões sobre as localizações da marinha inglesa e melhoraram suas perspectivas de consolidação em tempo de guerra. A solução das rivalidades anglo-francesas, por sua vez, significaria uma melhoria ainda maior para a segurança naval britânica. Tudo isso também afetou a Itália, cujo litoral era simplesmente demasiado vulnerável para que ela se permitisse ir para o campo oposto a uma combinação anglo-francesa. De qualquer modo, nos primeiros anos do século XX a França e a Itália tinham suas boas razões próprias (financeiras e norte-africanas) para melhorar suas relações.<sup>181</sup> Mas se a Itália se estava afastando da Tríplice Aliança, isso teria de afetar suas dissensões semi-enterradas com a Áustria-Hungria. Finalmente, até mesmo a distante aliança anglo-japonesa teria repercussões no sistema de Estados europeus, já que tornou improvável a intervenção de qualquer terceira potência quando o Japão decidiu desafiar a Rússia, em 1904, sobre o futuro da Coreia e Manchúria. Além disso, quando aquela guerra foi deflagrada, as cláusulas específicas\* do tratado anglo-japonês e da aliança franco-russa influíram fortemente nos dois “segundos”, Grã-Bretanha e França respectivamente, para que agissem mutuamente, a fim de evitar serem arrastadas abertamente para o conflito. Não é de surpreender, portanto, que a deflagração das hostilidades no Extremo Oriente tenha levado Londres e Paris a encerrar rapidamente suas discordâncias coloniais e concluir

\*A Grã-Bretanha seria de uma “neutralidade benevolente” em relação ao Japão, se este estivesse lutando contra um inimigo, mas teria de prestar ajuda militar se este estivesse lutando contra mais de um; o acordo da França de ajudar a Rússia era de teor semelhante. A menos que Londres e Paris concordassem ambos em não entrar em conflito, sua nova amizade estaria prejudicada.

a *entente* de abril de 1904.<sup>182</sup> Os anos da rivalidade anglo-francesa, originalmente provocada pela ocupação britânica do Egito em 1882, estavam agora encerrados.

Mas talvez nem mesmo isso tivesse causado a famosa “revolução diplomática” de 1904-1905, se não fossem dois outros fatores. O primeiro foi a crescente desconfiança de ingleses e franceses para com a Alemanha, cujos objetivos, embora obscuros, pareciam ambiciosos e perigosos, ao proclamarem o chanceler Bülow e seu imperial senhor Guilherme II o advento do “século alemão”. Em 1902-1903 a Esquadra de Alto-Mar, com um alcance e um tipo de navios que sugeria estar ela sendo construída especialmente com o pensamento voltado para a Grã-Bretanha, fazia com que o almirantado inglês pensasse em medidas neutralizadoras. Além disso, enquanto as intenções alemãs sobre a Áustria-Hungria fossem vistas com preocupação por Paris, suas ambições na Mesopotâmia desgostavam aos imperialistas britânicos. Os dois países observavam com crescente irritação os esforços diplomáticos de Bülow para estimular uma guerra no Extremo Oriente em 1904 e envolvê-los nela — com o que Berlim seria o principal beneficiado.<sup>184</sup>

Influência ainda maior sobre o equilíbrio e as relações européias tiveram as impressionantes vitórias navais e militares japonesas durante a guerra, coincidindo com a inquietação generalizada na Rússia, em 1905. Inesperadamente reduzida esta a potência de segunda classe por alguns anos futuros, o equilíbrio militar na Europa pendeu decisivamente em favor de Berlim — a França passou a ter perspectivas ainda piores do que em 1870, no caso de um choque com os alemães. Se houve algum momento favorável para que a Alemanha atacasse no oeste, foi provavelmente o verão de 1905. Mas a preocupação do kaiser com a insatisfação social interna, seu desejo de melhorar relações com a Rússia e sua incerteza quanto aos ingleses, que estavam transferindo seus navios de guerra da China para suas águas territoriais, e examinando o pedido francês de ajuda, se a Alemanha realmente atacasse, tudo isso teve seus efeitos. Em lugar de mergulhar na guerra, Berlim preferiu vitórias diplomáticas, forçando o afastamento de seu arquiinimigo, Delcassé, do cargo de ministro francês do Exterior, e insistindo numa conferência internacional para conter as pretensões francesas no Marrocos. Não obstante, os resultados do encontro de Algeciras, cujos participantes em sua maioria apoiaram a pretensão francesa de uma posição especial no Marrocos, foram uma confirmação devastadora do declínio da influência diplomática alemã desde a época de Bismarck, embora seu poderio industrial, naval e militar tivesse crescido.<sup>185</sup>

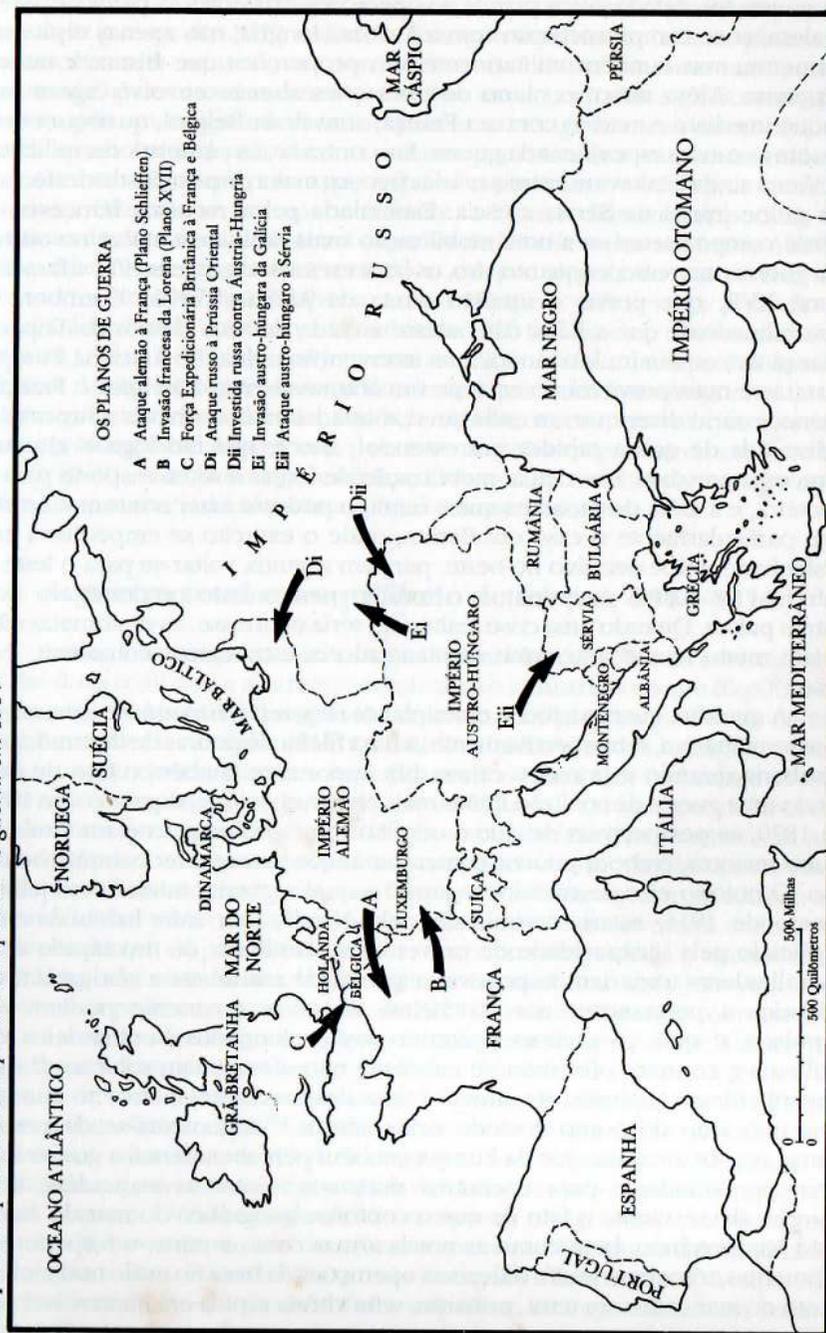
A primeira crise marroquina transferiu as rivalidades internacionais da África para o continente europeu. Essa tendência foi logo reforçada por três acontecimentos mais importantes. O primeiro foi a *entente* anglo-russa de 1907 em relação à Pérsia, Tibete e Afeganistão, em si mesmo um assunto regional, mas com implicações mais amplas, pois não só eliminou os desentendimentos asiáticos entre Londres e São Petersburgo, que todas as potências tiveram como certos durante o século XIX — e com isso facilitou a defesa da Índia pelos britânicos — como também levou os nervosos alemães a se considerarem “cercados” na Europa. E embora ainda houvesse muitos ingleses, especialmente no governo liberal, que não se consideravam como

parte de uma coalizão antialemã, sua causa foi enfraquecida pelo segundo acontecimento: a intensa “corrida naval” anglo-germânica de 1908-1909, depois de uma nova intensificação do programa de construções de Tirpitz e dos receios britânicos de perder a supremacia naval até mesmo no mar do Norte. Quando os esforços britânicos, nos três anos seguintes, para reduzir essa competição encontraram uma exigência alemã de neutralidade da parte de Londres, no caso de uma guerra européia, os desconfiados ingleses recuaram. Eles e os franceses vinham observando com nervosismo a crise balcânica de 1908-1909, na qual a indignação russa pela anexação formal, pela Áustria-Hungria, das províncias de Bósnia-Herzegovina levou a uma exigência alemã de que a Rússia aceitasse o fato consumado ou sofresse as conseqüências.<sup>186</sup> Enfraquecida pela recente guerra com o Japão, a Rússia submeteu-se. Mas essa violência diplomática provocou uma reação patriótica dos russos, um aumento nas despesas de defesa, e a disposição de aproximar-se mais de seus aliados.

Apesar de tentativas ocasionais de uma *détente* entre uma capital e outra, depois de 1909, portanto, a tendência de “enrijecimento” aumentou. A segunda crise do Marrocos, em 1911, quando os ingleses intervieram fortemente em favor da França e contra a Alemanha, provocou uma onda de emoção patriótica nesses dois países, e enormes aumentos em seus exércitos, levando os nacionalistas a falarem abertamente do iminente conflito, enquanto na Grã-Bretanha a crise fez com que o governo harmonizasse seus divergentes planos militar e naval para a hipótese de entrar o país numa guerra européia.<sup>187</sup> Um ano depois, o fracasso da missão realizada em Berlim pelo ministro britânico, lorde Haldane, e o novo aumento da frota alemã, tinham levado Londres à concessão de novembro de 1912, representada pelo acordo naval anglo-francês. Também naquela época um ataque oportunista à Turquia, pelas forças italianas, tinha sido imitado pelos estados da Liga Balcânica, que praticamente expulsou o Império Otomano da Europa, antes que os membros da liga se desentendessem quanto ao butim. O reaparecimento da velha “Questão Oriental” foi o acontecimento mais sério, em parte porque a luta apaixonada por vantagens, entre os estados balcânicos rivais, não podia ser controlada pelas grandes potências, e em parte porque alguns dos fatos novos pareciam ameaçar os interesses vitais de algumas dessas potências: a ascensão da Sérvia alarmava Viena, a perspectiva da maior influência militar alemã sobre a Turquia aterrorizava São Petersburgo. Quando o assassinato do arquiduque Ferdinando, em junho de 1914, provocou ações da Áustria-Hungria contra a Sérvia, e em seguida as reações russas, na realidade, o velho truísmo de que a morte do arquiduque foi apenas a fagulha que fez explodir o barril de pólvora encerrava muita verdade.<sup>188</sup>

O assassinato de julho de 1914 é um dos mais conhecidos exemplos na História de um fato particular que provoca uma crise geral, e em seguida uma guerra mundial. As exigências da Áustria-Hungria à Sérvia, sua rejeição da conciliatória resposta sérvia, e seu ataque a Belgrado levaram à mobilização russa em apoio ao aliado sérvio. Isso, por sua vez, fez com que o estado-maior prussiano pressionasse pela implementação imediata do Plano Schlieffen, isto é, o ataque preventivo a oeste, via Bélgica, contra a França — o que provocou a ação dos ingleses.

Mapa 9: As potências européias e seus planos de guerra em 1914



Embora cada uma das grandes potências tenha, nessa crise, agido de acordo com os seus interesses nacionais, também é certo que sua decisão de ir à guerra foi afetada pelos planos de operações existentes. A partir de 1909, os alemães se comprometeram com a Áustria-Hungria, não apenas diplomaticamente, mas também militarmente, em proporções que Bismack nunca imaginara. Além disso, o plano de operações alemão envolvia agora um ataque imediato e maciço contra a França, através da Bélgica, quaisquer que fossem as causas específicas da guerra. Em contraste, os planejadores militares de Viena ainda hesitavam entre as várias frentes, mas a disposição de desfechar um golpe inicial na Sérvia crescia. Estimulada pelos recursos franceses, a Rússia comprometeu-se a uma mobilização mais rápida e a atacar no oeste, se a guerra ocorresse; enquanto isso, os franceses adotavam em 1911 o famoso Plano XVII, que previa a invasão direta da Alsácia-Lorena. E embora a possibilidade de que a Itália combatesse ao lado de seus aliados da Tríplice Aliança tivesse diminuído muito, uma intervenção militar britânica na Europa tornara-se mais provável no caso de um ataque alemão à Bélgica e França. Desnecessário dizer que em cada um dos estados-maiores havia a suposição indiscutida de que a rapidez era essencial; isto é, que tão logo o choque parecesse provável, era vital a mobilização de forças e seu transporte para a fronteira, e a além desta, antes que o inimigo pudesse fazer o mesmo. Se era esse particularmente o caso em Berlim, onde o exército se empenhava em desfechar o golpe decisivo no oeste, para em seguida voltar-se para o leste e enfrentar os russos mais lentos, o mesmo pensamento predominava nos outros países. Quando uma crise realmente séria ocorresse, os diplomatas não teriam muito tempo antes que os planejadores estratégicos entrassem em ação.<sup>189</sup>

A questão, quanto a todos esses planos de guerra, não estava apenas em se assemelharem, retrospectivamente, a uma fileira de pedras de dominó, que desabaria quando o primeiro caísse. Era importante também o fato de que sendo uma guerra de coalizão muito mais provável do que, digamos, em 1859 ou 1870, as perspectivas de que o conflito fosse prolongado eram também muito maiores, embora poucos contemporâneos parecem ter compreendido isso. O notório erro de cálculo, segundo o qual a guerra, iniciada em julho/agosto de 1914, estaria “terminada pelo Natal”, tem sido habitualmente explicado pela incapacidade de prever que a artilharia de tiro rápido e as metralhadoras tornariam impossível a guerra de manobras e obrigariam os soldados a permanecer nas trincheiras de onde raramente podiam ser expulsos; e que o recurso posterior aos prolongados bombardeios de artilharia e enormes ofensivas de infantaria não ofereceriam solução, já que o bombardeio simplesmente atingia a terra das trincheiras e dava ao inimigo uma indicação do ponto de onde viria o ataque.<sup>190</sup> Argumenta-se, da mesma forma, que os almirantados da Europa também perceberam mal a guerra que viria, preparando-se para encontros decisivos entre as esquadras, sem apreciar devidamente o fato de que o contorno geográfico do mar do Norte e do Mediterrâneo, bem como as novas armas como a mina, o torpedo e o submarino, tornariam muito difíceis as operações da frota no estilo tradicional. Tanto no mar como em terra, portanto, uma vitória rápida era improvável por motivos técnicos.

Tudo isso é certo, evidentemente, mas precisa ser colocado no contexto do próprio sistema de alianças.<sup>192</sup> Afinal de contas, se os russos tivessem podido atacar a Áustria-Hungria sozinhos, ou se os alemães tivessem podido repetir a guerra de 1870 contra a França enquanto as outras potências permanecessem neutras, as perspectivas de vitória (mesmo um pouco demorada) pareceriam incontestáveis. Mas essas coalizões significavam que mesmo que um beligerante fosse severamente castigado numa campanha, ou percebesse a inadequação de seus recursos para manter a luta, era estimulado a continuar na guerra pela esperança — e promessa — de ajuda de seus aliados. Olhando-se um pouco à frente, a França dificilmente poderia ter continuado depois da desastrosa ofensiva de Nivelle e dos motins de 1917, a Itália dificilmente poderia ter evitado o colapso depois de sua derrota em Caporetto em 1917, e o Império Austro-Húngaro dificilmente poderia ter continuado depois das terríveis perdas de 1916 (ou mesmo dos fracassos de 1914 na Galícia e Sérvia) se não tivesse recebido apoio em tempo útil de seus aliados. Assim, o próprio sistema de alianças praticamente assegurava que a guerra *não* teria uma decisão rápida, e significava por sua vez que a vitória nesse prolongado duelo caberia — como nas grandes guerras de coalizão do século XVIII — ao lado cuja combinação de recursos militares/navais e *também* financeiros/industriais/tecnológicos fosse maior.

## A guerra total e o equilíbrio de forças, 1914-1918

Antes de examinarmos a Primeira Guerra Mundial à luz da estratégia geral das duas coalizões e dos recursos militares e industriais de que dispunham, talvez seja útil lembrar a posição de cada uma das grandes potências dentro do sistema internacional de 1914. Os Estados Unidos estavam à margem — embora seus grandes laços comerciais e financeiros com a Grã-Bretanha e a França tornassem impossível o compromisso de Wilson de que seriam “neutros em pensamento e em ação”.<sup>193</sup> O Japão interpretou liberalmente os termos da Aliança Anglo-Japonesa para ocupar as possessões alemãs na China e no Pacífico central; mas nem isso, nem suas funções de escolta naval mais adiante seriam decisivos; para os Aliados, porém, era evidentemente muito melhor ter um Japão amigo do que hostil. A Itália, em contraste, preferiu a neutralidade em 1914 e, em vista de sua fragilidade socioeconômica, teria sido prudente manter essa política: se sua decisão de 1915 de entrar na guerra *contra* as potências centrais constituiu um golpe para a Áustria-Hungria, é difícil dizer que tenha beneficiado de maneira significativa a Grã-Bretanha, França e Rússia, tal como os diplomatas aliados esperavam.<sup>194</sup> Da mesma maneira, era difícil dizer quem se beneficiou mais com a decisão turca de entrar na guerra ao lado de Berlim, em novembro de 1914. É certo que isso bloqueava o Bósforo e os Dardanelos, e portanto as exportações de cereal russo e suas importações de armas. Mas em 1915 teria sido difícil transportar o trigo russo para qualquer lugar, e não havia munições “de sobra” no ocidente. Por outro lado, a decisão da Turquia abriu o Oriente Próximo aos franceses e (em especial) à expansão imperial britânica — embora também impedisse os imperialistas, na Índia e Whitehall, de uma concentração total na frente ocidental.<sup>195</sup>

As posições realmente críticas, portanto, eram as ocupadas pelas “cinco grandes” potências na Europa. Àquela altura, era artificial tratar a Áustria-Hungria como totalmente separada da Alemanha, pois embora os objetivos de Viena divergissem com freqüência de Berlim em muitas questões, ela só podia fazer a guerra ou a paz — e provavelmente sobreviver como grande potência quase independente — de acordo com seu poderoso aliado.<sup>196</sup> A combinação austro-germânica era formidável. Seus exércitos efetivos eram consideravelmente menores do que o francês e o russo, mas tinham eficientes linhas internas e podiam ser complementados por um crescente número de recrutas. Como se pode ver pelo Quadro 22, adiante, também tinham considerável superioridade industrial e tecnológica sobre a aliança franco-russa.

A posição da França e Rússia era, é claro, exatamente inversa. Separadas entre si por mais de metade da Europa, teriam dificuldades (no mínimo) para coordenar sua estratégia militar. E embora parecessem dispor de uma grande vantagem em força militar no início da guerra, esta foi reduzida pelo uso inteligente, pelos alemães, de reservistas preparados na linha de frente; a vantagem diminuiu ainda mais depois das imprudentes ofensivas franco-russas no outono de 1914. Não cabendo mais a vitória ao mais rápido, era cada vez mais provável que ela iria para o mais forte; e os índices industriais não eram encorajadores. Se a coalizão franco-russa estivesse envolvida sozinha numa guerra prolongada, “total”, contra as potências do centro, é difícil imaginar que pudesse ter vencido.

Mas o fato foi, decerto, que a decisão alemã de desfechar um ataque preventivo contra a França através da Bélgica deu razão aos intervencionistas britânicos.<sup>197</sup> Quer tenha sido pelos motivos tradicionais do “equilíbrio de forças”, ou em defesa da “pobre e pequena Bélgica”, a decisão britânica de declarar guerra à Alemanha foi crítica, embora o pequeno exército britânico, onde a prestação do serviço era prolongada, só pudesse afetar o equilíbrio militar marginalmente — pelo menos até que essa força se transformasse num exército maciço de soldados convocados em linhas continentais. Mas como a guerra *iria* durar muito mais do que uns poucos meses, o peso britânico era considerável. Sua marinha podia neutralizar a frota alemã e bloquear as potências centrais — o que não as colocaria de joelhos, mas lhes negaria acesso a fontes de abastecimento fora do continente europeu. Inversamente, ela assegurava o livre acesso a essas fontes para as potências aliadas (exceto quando, mais tarde, o acesso foi interrompido pela campanha dos submarinos), vantagem aumentada pelo fato de ser a Grã-Bretanha um país de rico comércio, com ligações extensas por todo o mundo e enormes investimentos no além-mar, alguns dos quais, pelo menos, poderiam ser liquidados para pagar compras em dólares. Diplomáticamente, essas ligações de além-mar significavam que a decisão britânica de intervir influenciaria a ação do Japão no Extremo Oriente, a declaração de neutralidade da Itália (e sua posterior mudança de campo), e a posição geralmente benevolente dos Estados Unidos. Apoio mais direto de além-mar foi proporcionado, é claro, pelos domínios autônomos e pela Índia, cujas tropas ocuparam logo o império colonial alemão, e mais tarde agiram contra a Turquia.

Além disso, os recursos industriais e financeiros da Grã-Bretanha, ainda enormes, podiam ser usados na Europa, tanto no levantamento de empréstimos

como na remessa de munições para França, Bélgica, Rússia e Itália, e para abastecer e custear o grande exército a ser empregado por Haig na frente ocidental. Os índices econômicos do Quadro 22 mostram a significação da intervenção britânica, em termos de poder.

**Quadro 22. Comparação industrial/tecnológica das alianças de 1914**  
(extraída dos Quadros 15-18 *supra*)

	Alemanha/ Áustria- Hungria	França/ Rússia	+	Grã- Bretanha	=	
Porcentagem da produção mundial de manufaturados (1913)	19,2%	14,3%	+	13,6%	=	27,9%
Consumo de energia elétrica (1913), milhão de toneladas métricas de equivalente de carvão	236,4	116,8%	+	195,0	=	311,8
Produção de aço (1913) em milhões de toneladas	20,2	9,4	+	7,7	=	17,1
Potencial industrial total (Reino Unido 1900=100)	178,4	133,9	+	127,2	=	261,1

Na verdade isso representava uma superioridade significativa, mas não esmagadora, em material possuído pelos Aliados, e o acréscimo da Itália em 1915 não influiu muito na balança em favor deles. Mas se a vitória numa guerra prolongada de grandes potências cabia habitualmente à coalizão com a maior base produtiva, a pergunta óbvia é por que os Aliados não se impuseram, mesmo depois de dois ou três anos de luta — e em 1917 corriam certo perigo de perder — e por que eles acharam vital assegurar a entrada dos Estados Unidos no conflito.

Uma parte da resposta deve ser que as áreas nas quais os Aliados eram fortes não tinham probabilidade de provocar uma vitória rápida ou decisiva sobre as potências centrais. O império colonial alemão em 1914 era economicamente tão insignificante que (com exceção dos fosfatos de Nauru) sua perda representou muito pouco. A eliminação do comércio alemão de além-mar foi certamente mais prejudicial, mas não nas proporções que os partidários britânicos da “influência do poderio marítimo” imaginavam, pois as indústrias de exportação alemãs foram reformuladas para a produção bélica, o bloco das potências centrais era praticamente auto-suficiente em alimentos desde que mantivesse seu sistema de transportes, as conquistas militares (por exemplo, minérios de Luxemburgo, trigo e petróleo da Romênia) evitaram muita escassez de matérias-primas, e outros fornecimentos eram feitos através de vizinhos neutros. O bloqueio marítimo teve certo efeito, mas só quando aplicado em conjunto com pressões militares em todas as frentes, e mesmo então só muito lentamente se fazia sentir. Por fim, as outras armas tradicionais do arsenal britânico, operações periféricas nos moldes da Guerra Peninsular de 1808-1814, não podiam ser usadas contra o litoral

alemão, já que suas defesas baseadas no mar e em terra eram formidáveis. E quando foram empregadas contra potências mais fracas — em Galípoli, por exemplo, ou Salonica — falhas operacionais dos Aliados e armas mais novas (campos de minas, baterias costeiras de tiro rápido) dos defensores reduziram o esperado impacto. Como na Segunda Guerra Mundial, qualquer busca de um “ponto fraco” na coalizão inimiga afastava as tropas aliadas da luta na França.<sup>198</sup>

As mesmas observações podem ser feitas sobre a esmagadora superioridade naval dos aliados. A geografia do mar do Norte e do Mediterrâneo significava que as principais linhas de comunicação aliadas estavam seguras, sem necessidade de buscar os navios de seus inimigos nos portos, ou montar um arriscado bloqueio próximo de suas costas. Pelo contrário, coube às frotas alemã e austro-húngara sair em desafio das marinhas anglo-franco-italiana, se quisessem conseguir o “domínio dos mares”, já que, se permanecessem nos portos, seriam inúteis. Mas nenhuma das potências centrais queria mandar seus navios para uma missão praticamente suicida contra forças muito superiores. Assim, os poucos choques navais de superfície que ocorreram foram encontros ocasionais (por exemplo, Dogger Bank, Jutlândia), e foram estrategicamente sem importância, a não ser na medida em que confirmavam o controle aliado das rotas marítimas. A perspectiva de novos encontros foi reduzida pela ameaça que minas, submarinos e aviões de caça ou zepelins representava para os navios de guerra, o que tornava os comandantes de ambos os lados cada vez mais cautelosos no envio de suas esquadras ao mar, exceto (condição altamente improvável) se soubessem que navios inimigos se aproximavam de seu próprio litoral. Dada a impotência da guerra de superfície, as potências centrais voltaram-se aos poucos para os ataques de submarinos aos navios mercantes aliados, ameaça muito mais séria. Mas pela sua própria natureza, uma campanha de submarinos contra o comércio era lenta, desgastante, e seu sucesso real só podia ser medido pela comparação da tonelagem dos navios mercantes perdida contra a tonelagem sendo lançada nos estaleiros aliados — e isso comparado com o número de submarinos destruídos. Não era uma forma de guerra que promettesse vitórias rápidas.

Uma segunda razão da importância relativa da superioridade numérica e industrial dos Aliados estava na natureza da própria luta militar. Quando os dois lados tinham milhões de soldados espalhados por centenas de quilômetros de territórios, era difícil (na Europa ocidental, impossível) obter uma única vitória decisiva à maneira de Jena ou Sadowa; até mesmo uma “grande ofensiva”, planejada e preparada metodicamente durante meses, em geral se desintegrava em centenas de ações de pequena escala no campo de batalha, sendo geralmente acompanhada também de um colapso quase total das comunicações. Embora a linha de frente pudesse oscilar de um lado para outro em certos setores, a ausência dos meios de conseguir um verdadeiro rompimento permitiu a ambos os lados mobilizar e trazer reservas, novos estoques de obuses, arame farpado e artilharia, a tempo do próximo choque que não rompia o impasse. Até quase o fim da guerra, nenhum exército pôde descobrir como fazer seus soldados penetrarem nas defesas em poder do inimigo, por vezes com *profundidades de seis quilômetros*, sem expor seus soldados a um devastador fogo inimigo, ou revolver de tal maneira o terreno com bombardeios

prévios que se tornava difícil avançar. Mesmo quando um ocasional ataque de surpresa dominava as primeiras poucas linhas de trincheiras inimigas, não havia equipamento especial para explorar tal vantagem; as linhas ferroviárias ficavam a quilômetros na retaguarda, a cavalaria era demasiado vulnerável (e dependia do fornecimento de forragem), os soldados de infantaria, muito carregados, não podiam ir longe, e a artilharia, que era vital, estava limitada pelo seu longo cortejo de carroças de abastecimento puxadas por cavalos.<sup>200</sup>

Além desse problema geral de obter uma rápida vitória no campo de batalha, havia o fato de que a Alemanha tinha mais duas vantagens específicas. A primeira era que pelo seu grande avanço na França e Bélgica, em agosto/setembro de 1914, havia ocupado os pontos elevados que dominavam a frente ocidental. A partir de então, com uma rara exceção como Verdun, ela permaneceu na ofensiva no oeste, obrigando o exército anglo-francês a atacar em condições desfavoráveis e com forças que, embora numericamente superiores, não eram suficientes para compensar essa desvantagem básica. Segunda, as favoráveis condições geográficas da posição alemã, com bons meios de comunicação entre leste e oeste, compensava até certo ponto seu “cerco” pelos Aliados, permitindo que generais como Falkenhayn e Ludendorff transferissem divisões de uma frente para outra e, em certa ocasião, mandassem todo um exército através da Europa central numa semana.<sup>201</sup>

Em consequência, em 1914, mesmo quando o grosso de exército estava atacando no oeste, o estado-maior prussiano transferia nervosamente dois corpos de exército para reforçar a frente oriental, que se achava exposta. Essa medida não constituiu um golpe fatal para o ataque ocidental, que era logisticamente inseguro, de qualquer modo,<sup>202</sup> e ajudou os alemães a conter a prematura ofensiva russa sobre a Prússia oriental, lançando suas próprias operações em torno dos lagos Masurianos. Quando a sangrenta luta em Ypres, em novembro de 1914, convenceu Falkenhayn da impossibilidade de uma vitória rápida, mais oito divisões alemãs foram transferidas para o comando oriental. Como as forças austro-húngaras tinham sofrido humilhante golpe em sua campanha da Sérvia, e como o irreal Plano XVII de 1914, dos franceses, tinha sido detido na Lorena com perdas superiores a 600 mil homens, parecia que só nas regiões abertas da Polônia russa e Galícia se poderia conseguir um rompimento — embora não fosse absolutamente claro se ele podia consistir de uma repetição, pelos russos, de sua vitória sobre a Áustria-Hungria em Lemberg, ou uma repetição, pelos alemães, de Tannenberg/lagos Masurianos. Enquanto as forças anglo-francesas se desgastavam no oeste durante todo o ano de 1915 (onde os franceses perderam mais 1,5 milhão de homens e os ingleses, 300 mil), os alemães preparavam-se para uma série de ataques ambiciosos ao longo da fronteira oriental, em parte para salvar os austro-húngaros cercados na Carpácia, mas principalmente para destruir o exército russo. Na verdade, este era ainda tão grande (e crescia) que sua destruição era impossível. Em fins de 1915, porém, os russos tinham sofrido uma série de golpes devastadores às mãos dos alemães, tática e logisticamente superiores, e sido expulsos da Lituânia, Polônia e Galícia. No sul, os reforços alemães uniram-se às forças austríacas e aos búlgaros oportunistas, para finalmente dominar a Sérvia. Nada que os Aliados ocidentais tentaram em 1915 — desde a campanha de Galípoli, operacionalmente mal comandada, até o infrutífero

desembarque em Salonica, para induzir a Itália à guerra — realmente ajudou aos russos, ou pareceu desafiar o bloco consolidado das potências centrais.<sup>203</sup>

Em 1916 a imprudente inversão da estratégia alemã, por Falkenhayn — transferência de unidades para oeste a fim de dar um golpe de morte nos franceses com repetidos ataques sobre Verdun — apenas confirmou a correção da política anterior. Quando grande número de divisões alemãs foram destruídas na campanha de Verdun, os russos puderam organizar sua última grande ofensiva sob o comando do general Brusilov, no leste, em junho de 1916, expulsando o desorganizado exército Habsburgo de volta até os montes Cárpatos e ameaçando levá-lo ao colapso. Quase que ao mesmo tempo, o exército britânico comandado por Haig lançava a sua ofensiva maciça na Somme, pressionando durante meses os pontos elevados em poder dos alemães. Logo que essas duas operações aliadas levaram ao fim da campanha de Verdun (e à substituição de Falkenhayn por Hindenburg e Ludendorff, em fins de agosto de 1916), a posição estratégica alemã melhorou. As perdas alemãs na Somme foram pesadas, menos pesadas porém que as de Haig; e a adoção de uma posição defensiva no oeste permitiu mais uma vez aos alemães transferirem tropas para o leste, reforçando os contingentes austro-húngaros, em seguida dominando a Romênia e, mais tarde, dando ajuda aos búlgaros no sul.<sup>204</sup>

Além dessas vantagens alemãs de linhas internas, ferrovias eficientes e boas posições defensivas, havia também a questão correlata do *momento oportuno*. Os recursos totais maiores de que os Aliados dispunham não podiam ser mobilizados instantaneamente em 1914, em busca da vitória. O exército e o governo russos podiam sempre recrutar novas levadas de soldados para compensar as repetidas perdas no campo de batalha, mas não dispunham das armas, nem dos comandos, para ampliar sua força além de um certo limite. No oeste, só em 1916 o exército de Haig conseguiu totalizar mais de 1 milhão de homens, e mesmo assim os ingleses sentiram-se tentados a desviar suas tropas para campanhas fora da Europa, reduzindo com isso a pressão potencial sobre a Alemanha. Isso significou que durante os dois primeiros anos do conflito a Rússia e a França arcaram com o peso principal de conter a máquina militar alemã. Ambas lutaram de maneira magnífica, mas em princípios de 1917 a tensão tornava-se evidente: Verdun tinha levado o exército francês quase que ao seu limite, como os temerários ataques de Nivelle em 1917 mostraram; e embora a ofensiva de Brusilov tivesse praticamente acabado com o exército Habsburgo como força combativa, não havia causado nenhum dano à própria Alemanha, e criara tensões ainda maiores para as ferrovias, estoques de alimentos e finanças estatais da Rússia, tendo ao mesmo tempo desgastado grande parte dos efetivos treinados russos. Embora os novos exércitos de Haig compensassem o cansaço crescente dos franceses, não renunciaram nenhuma vitória aliada no oeste; e se também foram mal usados em ofensivas frontais, ainda assim a Alemanha pôde resistir em Flandres ao mesmo tempo em que empreendia novas ações amplas no leste. Finalmente, nenhuma ajuda se podia esperar ao sul dos Alpes, onde os italianos estavam agora pedindo reforços, desesperadamente.

Esse padrão de sacrifícios militares cada vez maiores, feitos por ambos os lados, teve um paralelo inevitável na esfera financeira-industrial — mas

(pelo menos até 1917) com os mesmos resultados indefinidos. Muita importância se tem dado, em estudos recentes, à maneira pela qual a Primeira Guerra Mundial galvanizou as economias nacionais, levando indústrias modernas pela primeira vez a muitas regiões, e provocando aumentos enormes na produção de armas.<sup>205</sup> Mas isso certamente não era de surpreender. Apesar dos lamentos dos liberais, e de outros, sobre os custos da corrida armamentista pré-1914, só uma proporção muito pequena (pouco mais de 4% em média) da renda nacional estava sendo desviada para as armas. Quando o advento da “guerra total” fez com que esse número subisse para 25 ou 33% — isto é, quando os governos em guerra assumiram o comando decisivo da indústria, trabalho e finanças — era inevitável que a produção de armamentos aumentasse muito. E como os generais de *todos* os exércitos queixavam-se amargamente, em fins de 1914 e princípios de 1915, de uma crônica “falta de obuses”, era também inevitável que os políticos, temendo os efeitos da escassez, estabelecessem um acordo com os setores produtivos e sindicais para produzir o material desejado.<sup>206</sup> Tendo em vista os poderes do estado burocrático moderno de levantar empréstimos e aumentar impostos, já não havia os impedimentos fiscais para a manutenção de uma guerra prolongada, que tinham tolhido as mãos dos estados do século XVIII. Inevitavelmente, portanto, depois de um período inicial de reajustamento a essas novas condições, a produção de armamentos aumentou muito em todos os países.

É importante, portanto, perguntar onde as economias de guerra dos vários combatentes mostraram debilidades, pois era extremamente provável que isso levasse ao colapso, a menos que recebessem ajuda de aliados melhor dotados. Sob esse aspecto, pouco espaço será dado às duas mais fracas das grandes potências, Áustria-Hungria e Itália, por ser claro que a primeira, embora resistindo notavelmente bem em sua campanha prolongada (em especial na frente italiana), teria entrado em colapso na guerra com a Rússia sem as repetidas intervenções militares alemãs, que transformaram o Império Habsburgo, ainda mais, em satélite de Berlim.<sup>207</sup> A Itália, que não precisou em lugar algum de uma assistência militar tão direta até o desastre de Caporetto, dependia de aliados cada vez mais ricos e mais poderosos para o abastecimento vital de alimentos, carvão e matérias-primas, para o transporte marítimo e para os 2,96 bilhões de dólares com os quais poderia pagar munições e outros produtos.<sup>208</sup> Sua “vitória” final em 1918, como a derrota e dissolução do Império Habsburgo, dependeu essencialmente de ações e decisões em outras partes.

Em 1917, já se disse,<sup>209</sup> a Itália, a Áustria-Hungria e a Rússia apostavam uma corrida para o colapso. O fato de ter sido a Rússia a primeira a desabar deve-se, em parte, a dois problemas que não existiam para Roma e Viena. O primeiro é que estava exposta, ao longo de centenas de quilômetros de fronteira, a ataques penetrantes do exército alemão, muito mais eficiente; o segundo é que mesmo em agosto de 1914, e certamente depois da entrada da Turquia na guerra, estava estrategicamente isolada e com isso não pôde obter de seus aliados ajuda militar ou econômica necessária para manter o enorme esforço de sua máquina bélica. Como os outros combatentes, ao perceber logo que estava consumindo seus estoques de munição dez vezes mais depressa do que previam as estimativas anteriores à guerra, a Rússia teve de ampliar

maciçamente a sua produção interna — que se revelou muito mais confiável do que as encomendas feitas no exterior, que demoravam muito, mesmo que isso significasse o desvio de recursos para as mãos egoístas dos industriais de Moscou. Mas o aumento impressionante da produção russa de armas, e na verdade da produção industrial e agrícola em geral, durante os dois primeiros anos e meio de guerra, representou uma sobrecarga enorme para o inadequado sistema de transportes, que já tinha dificuldades em enfrentar os embarques de tropas, de forragem para a cavalaria, e assim por diante. Os estoques de obuses, portanto, acumulavam-se a quilômetros de distância da frente; os alimentos não podiam ser levados para as áreas onde eram necessários, especialmente as cidades; os abastecimentos aliados ficavam meses nos portos em Murmansk e Archangel. Essas inadequações estruturais não podiam ser superadas pela minúscula e ineficiente burocracia russa, e pouca ajuda era proporcionada pela liderança política da cúpula, que brigava entre si e estava paralisada. Pelo contrário, o regime czarista ajudou a cavar sua própria sepultura com políticas fiscais irresponsavelmente desequilibradas. Depois de abolir o comércio de bebidas (que produzia um terço de sua receita), de perder muito nas ferrovias (sua outra grande fonte de renda na paz), e — ao contrário de Lloyd George — recusar-se a aumentar o imposto de renda das classes mais favorecidas, o estado recorreu a novos empréstimos e a emissão de mais papel-moeda para custear a guerra. O índice de preços elevou-se acentuadamente, passando de 100 nominais em junho de 1914 para 398 em dezembro de 1916, para 702 em junho de 1917, época em que uma terrível combinação de mau abastecimento de alimentos e inflação excessiva provocava greve atrás de greve.<sup>210</sup>

Como na produção industrial, o desempenho militar da Rússia foi bastante razoável durante os dois ou três primeiros anos da guerra — mesmo que não se assemelhasse em nada àquelas presunçosas imagens de antes da guerra, do “rolo compressor russo” abrindo caminho pela Europa. Suas tropas lutaram de sua maneira habitual, duras e persistentes, suportando as durezas e disciplina desconhecidas no Ocidente. A história russa contra o exército austro-húngaro, desde a vitória de setembro de 1914 em Lemberg até a ofensiva de Brusilov, brilhantemente executada, foi de constante êxito, semelhante ao de sua campanha no Cáucaso contra os turcos. Contra os alemães, mais bem equipados e mais rápidos, porém, as coisas se passaram ao inverso; mas até mesmo isso precisa ser colocado em perspectiva, já que as perdas de uma campanha (digamos, Tannenberg / lagos Masurianos em 1914, ou a luta nos Cárpatos, em 1915) eram compensadas por uma nova leva anual de recrutas, que eram então preparados para as operações da estação seguinte. Com o tempo, é claro, a qualidade e o moral do exército teriam de ser afetados por essas pesadas perdas — 250 mil homens em Tannenberg/lagos Masurianos, 1 milhão na batalha dos Cárpatos em princípios de 1915, outros 400 mil quando Mackensen atacou no bolsão polonês central, nada menos de 1 milhão na luta de 1916 que começou com a ofensiva de Brusilov e terminou com o colapso na Romênia. Em fins de 1916 o exército russo tinha sofrido baixas de cerca de 3,6 milhões de mortos, seriamente feridos, e doentes, e mais outros 2,1 milhões tinham sido aprisionados pelas potências centrais. Naquele ano, também, ela resolveu convocar recrutas de segunda

categoria (homens que eram arrimo de família), o que não só provocou tremenda insatisfação camponesa nas aldeias, como também levou para o exército centenas de milhares de soldados descontentes. Quase tão importantes foram os números decrescentes de suboficiais treinados, o abastecimento inadequado de armas, munições e alimentos na frente, e o crescente sentimento de inferioridade contra a máquina de guerra alemã, que parecia saber antecipadamente todas as intenções da Rússia,\* ter um fogo de artilharia esmagador e movimentar-se com mais rapidez do que qualquer outro. Em princípios de 1917, essas repetidas derrotas combinaram-se com a inquietação nas cidades e os rumores da distribuição de terras, produzindo uma desintegração generalizada no exército. A ofensiva de julho de 1917 de Kerenski — mais uma vez, bem-sucedida de início contra os austríacos, e depois reduzida a nada pelo contra-ataque de Mackensen — foi o golpe final. O exército, *Stavka* concluiu, “é simplesmente uma massa enorme, cansada, andrajosa e mal alimentada de homens enraivecidos, unidos pela sede comum de paz e pela decepção comum”.<sup>211</sup> Agora, tudo que a Rússia podia esperar era a derrota e uma revolução interna muito mais séria que a de 1905.

É ocioso especular até que ponto também a França esteve próxima de uma sorte semelhante em meados de 1917, quando centenas de milhares de soldados se amotinaram depois da insensata ofensiva de Nivelles,<sup>212</sup> pois a verdade é que apesar das semelhanças superficiais com as condições russas, os franceses tinham vantagens importantes, que os mantiveram na luta. A primeira delas era o grau muito maior de unidade nacional e empenho em expulsar os invasores alemães de volta para o Reno — embora até mesmo esses sentimentos pudessem ter desaparecido, se a França estivesse lutando sozinha. A segunda diferença, provavelmente crucial, foi que os franceses se podiam beneficiar por lutarem numa guerra de coalizão de uma maneira que não estava ao alcance dos russos. Desde 1871 eles sabiam que não podiam resistir sozinhos à Alemanha; o conflito de 1914-1918 simplesmente confirmou esse julgamento. Isso não diminui a contribuição francesa para a guerra, seja em termos militares ou econômicos, mas apenas a coloca num contexto. Levando em conta que 64% da capacidade nacional em ferro-gusa, 24% de sua capacidade em aço, e 40% de sua capacidade em carvão caíram rapidamente nas mãos dos alemães, o renascimento industrial francês depois de 1914 foi notável (sugerindo, incidentalmente, o que poderia ter sido feito no século XIX se houvesse empenho político nisso). Fábricas, grandes e pequenas, foram criadas através da França, e empregavam mulheres, crianças e veteranos, e até mesmo trabalhadores especializados que tinham sido recrutados e foram transferidos de volta das trincheiras. Os planejadores tecnocratas, homens de negócios e sindicatos uniram-se num esforço nacional para produzir o máximo possível de obuses, canhões pesados, aviões, caminhões e tanques. O aumento da produção resultante levou um estudioso a argumentar que “a França, mais do que a Grã-Bretanha, e muito mais do que a América, tornou-se o arsenal da democracia na Primeira Guerra Mundial”.<sup>213</sup>

\* O que não é de surpreender, já que os russos eram incrivelmente descuidados com suas transmissões pelo telégrafo sem fio.

Mas essa enorme concentração na produção de armas — um aumento de 170 vezes na produção de metralhadoras, 290 vezes na produção de fuzis — não poderia ter sido realizada se a França não tivesse a ajuda britânica e americana, na forma de um fluxo constante de carvão, coque, ferro-gusa, aço e máquinas operatrizes tão vitais para a nova indústria de munições; de empréstimos anglo-americanos de mais de 3,6 bilhões de dólares, de modo que ela pudesse custear as matérias-primas de além-mar; da destinação de proporções cada vez maiores de transporte marítimo britânico, sem o qual a maior parte dessa movimentação de mercadorias não poderia ter sido realizada; e de fornecimento de alimentos. Esta última categoria parece uma curiosa falha num país que em tempos de paz sempre produziu um excedente agrícola; mas a verdade é que os franceses, como os outros beligerantes europeus (exceto a Grã-Bretanha), prejudicaram sua agricultura retirando dela muitos homens, confiscando cavalos para a cavalaria ou o transporte, e investindo em explosivos e artilharia, em detrimento de adubos e máquinas agrícolas. Em 1917, ano de má colheita, o alimento era escasso, os preços subiam de maneira astronômica, e o próprio estoque de cereais do exército estava reduzido a uma capacidade de dois dias — situação potencialmente revolucionária (em especial depois dos motins), e que só foi evitada por um desvio de emergência de navios britânicos para que levassem trigo americano.<sup>214</sup>

De uma maneira semelhante, a França precisou de uma crescente margem de ajuda *militar* britânica e, mais tarde, americana, na frente ocidental. Nos dois ou três primeiros anos da guerra, ela suportou o peso maior da luta, sofrendo baixas apavorantes — mais de 3 milhões antes mesmo da ofensiva de Nivelles em 1917; e como não dispunha das vastas reservas de contingentes não treinados que a Alemanha, Rússia e Grã-Bretanha tinham, era-lhe muito mais difícil substituir essas baixas. Em 1916-1917, porém, o exército de Haig na frente ocidental foi aumentado para dois terços do tamanho de todo o exército francês e controlava 120 quilômetros de linha de frente. E embora o alto comando britânico quisesse passar à ofensiva de qualquer maneira, não há dúvida de que a campanha da Somme ajudou a reduzir a pressão sobre Verdun — tal como Passchendaele em 1917 afastou as energias alemãs da parte francesa da linha de frente, enquanto Pétain tentava desesperadamente refazer o moral de suas forças depois dos motins, e esperava novos caminhões, aviões e artilharia pesada para realizar o trabalho que a infantaria concentrada era evidentemente incapaz de fazer. Por fim, nas épicas batalhas indecisas ao longo da frente ocidental entre março e agosto de 1918, a França pôde contar não só com as divisões britânicas e imperiais, como também com um crescente número de tropas americanas. E quando Foch orquestrou sua contra-ofensiva final em setembro de 1918, pôde enfrentar 197 enfraquecidas divisões alemãs com 102 divisões francesas, 60 imperiais britânicas, 42 americanas (tamanho duplo), e 12 belgas.<sup>215</sup> Só com uma *combinação* de exércitos foram os formidáveis alemães finalmente expulsos do solo francês, e o país ficou novamente livre.

Quando os ingleses entraram na guerra em agosto de 1914, não pensavam que também eles se tornariam dependentes de uma outra grande potência para conseguir a vitória final. Pelo que se pode deduzir dos seus planos e preparativos antes da guerra, os estrategistas tinham imaginado que

enquanto a marinha inglesa estivesse varrendo os navios mercantes alemães (e talvez também a Esquadra de Alto-Mar) dos oceanos, e enquanto o império colonial estivesse sendo tomado pelas tropas dos domínios e da Índia britânica, uma pequena, mas vital, força expedicionária seria mandada para o outro lado do canal para preencher a lacuna entre os exércitos francês e belga, e conter a ofensiva alemã até o momento em que o rolo compressor russo e o Plano XVII francês penetrassem profundamente em território alemão. Os ingleses, como todas as outras potências, não estavam preparados para uma guerra prolongada, embora tivessem tomado certas medidas para evitar uma súbita crise em suas delicadas redes internacionais de crédito e comércio. Ao contrário dos outros, porém, não estavam preparados para operações em grande escala no continente europeu.<sup>216</sup> Não constituiu surpresa, portanto, a necessidade de um ou dois anos de intensos preparativos antes que 1 milhão de soldados britânicos estivessem prontos na França, e que a explosão de gastos governamentais em fuzis, artilharia, metralhadoras, aviões, caminhões e munição apenas revelasse numerosas deficiências de produção que só foram corrigidas lentamente pelo Ministério das Munições de Lloyd George.<sup>217</sup> Mais uma vez, houve aumentos fantásticos na produção, como se vê pelo Quadro 23.

**Quadro 23. Produção de munições no Reino Unido, 1914-1918.<sup>218</sup>**

	1914	1915	1916	1917	1918
Canhões	91	3.390	4.314	5.137	8.039
Tanques	—	—	150	1.100	1.359
Aviões	200	1.900	6.100	14.700	32.000
Metralhadoras	300	6.100	33.500	79.700	120.900

Mas isso não surpreende, se pensarmos que as despesas britânicas com a defesa aumentaram de 91 milhões de libras em 1913 para 1,956 bilhão em 1918, quando representaram 80% da despesa total do governo, e 52% do PNB.<sup>219</sup>

Dar detalhes completos do enorme crescimento do número de divisões imperiais, esquadrões de aviação e baterias de artilharia pesada parece menos importante, portanto, do que assinalar as debilidades da posição estratégica geral da Grã-Bretanha reveladas pela Primeira Guerra Mundial. A primeira delas era que, embora a geografia e a superioridade numérica da grande frota significasse que os Aliados conservariam o domínio dos mares no conflito de *superfície*, a Marinha Real estava despreparada para enfrentar a guerra submarina ilimitada que os alemães colocaram em prática em princípios de 1917. A segunda era que, embora a série de armas estratégicas relativamente baratas (bloqueio, campanhas coloniais, operações anfíbias) não estivesse dando certo contra um inimigo com os amplos recursos das potências centrais, a estratégia alternativa de confrontos militares diretos com o exército alemão também parecia incapaz de produzir resultados — e era terrivelmente onerosa em termos de vidas humanas. Na época em que a campanha da Somme chegava ao fim, em novembro de 1916, as baixas britânicas nessa luta tinha subido para mais de 400 mil. Embora isso tivesse eliminado os melhores

voluntários britânicos e chocado os políticos, não diminuiu a confiança de Haig na vitória final. Em meados de 1917, ele se preparava para mais uma ofensiva, partindo de Ypres para nordeste, até Passchendaele — um pesadelo lamacento que custou outras 300 mil baixas e representou um golpe sério no moral de grande parte do exército na França. Era portanto perfeitamente previsível que, apesar dos protestos dos generais Haig e Robertson, Lloyd George e o Gabinete de Guerra, com seus sentimentos imperialistas, tivessem a tentação de desviar um número cada vez maior de divisões britânicas para o Oriente Próximo, onde era possível obter substanciais ganhos territoriais e as baixas eram muito menores do que no ataque a trincheiras alemãs bem defendidas.<sup>220</sup>

Mas antes mesmo de Passchendaele, a Grã-Bretanha tinha assumido (apesar dessa campanha imperial) o papel de liderança na luta contra a Alemanha. A França e a Rússia ainda poderiam ter exércitos maiores nos campos de batalha, mas estavam esgotados pelos onerosos ataques de Nivelles e pela contra-ofensiva alemã ao ataque de Brusilov. Esse papel de liderança era ainda mais acentuado no nível econômico, onde a Inglaterra funcionava como banqueiro e tomador de empréstimos nos mercados mundiais de crédito, não só para si mesma, mas também garantindo os empréstimos feitos pela Rússia, Itália e mesmo França — já que nenhum dos Aliados podia levantar de suas reservas-ouro ou de seus investimentos estrangeiros nada que se aproximasse das somas necessárias para custear a vasta quantidade de munições e matérias-primas importadas. Em 1º de abril de 1917, na verdade, os créditos de guerra inter-aliados tinham subido para 4,3 bilhões de dólares, 88% dos quais cobertos pelo governo britânico. Embora isso parecesse uma repetição do papel desempenhado pela Inglaterra no século XVIII como “banqueiro da coalizão”, havia agora uma diferença crítica: as proporções do déficit comercial com os Estados Unidos, que estavam fornecendo bilhões de dólares em munições e alimentos para os Aliados (mas não, devido ao bloqueio naval, às potências centrais), mas que recebiam poucas mercadorias em compensação. Nem a transferência de ouro, nem a venda dos títulos britânicos em dólar podiam cobrir a diferença; só os empréstimos levantados nos mercados financeiros de Nova York e Chicago, para pagar em dólares os fornecimentos americanos de munições, seriam suficientes. Isso significava, portanto, que os Aliados se tornavam cada vez mais dependentes da ajuda financeira dos Estados Unidos para manter seu esforço de guerra. Em outubro de 1916 o ministro das Finanças britânico advertia que “no próximo mês de junho, ou antes, o presidente da República americana poderia, se quisesse, impor-nos condições”.<sup>221</sup> Era uma posição alarmante para as grandes potências “independentes”.

Mas, e a Alemanha? Seu desempenho na guerra tinha sido surpreendente. Como observa o professor Northedge, “sem nenhuma ajuda considerável de seus aliados, [ela] manteve acuado o resto do mundo, bateu a Rússia, levou a França — o colosso militar da Europa durante mais de dois séculos — ao fim de suas forças, e em 1917 quase forçou a Grã-Bretanha à rendição”.<sup>222</sup> Isso se devia, em parte, às vantagens mencionadas antes: boas linhas de comunicação internas, posições facilmente defensáveis no oeste e espaço aberto para a guerra de movimento contra inimigos menos eficientes no leste. Devia-se

também à qualidade de combate das forças alemãs, que contavam com numerosos oficiais comandantes inteligentes e imaginosos, que se reajustavam às novas condições de luta mais rapidamente do que os de qualquer outro exército, e que em 1916 tinha reformulado a natureza da guerra, tanto defensiva como ofensiva.<sup>223</sup>

Finalmente, o estado alemão podia recorrer a uma população numerosa e a uma maciça base industrial para a continuação da “guerra total”. Na realidade, ele mobilizou mais homens do que a Rússia — 13,25 milhões em comparação com 13 milhões — feito notável, tendo em vista suas respectivas populações gerais; e sempre teve mais divisões na linha de frente do que a Rússia. Sua produção de munições aumentou muito, sob o olhar vigilante não só do alto comando, como também de burocratas-homens de negócios inteligentes como Walter Rathenau, que criou cartéis para distribuir suprimentos vitais e evitar engarrafamentos. Químicos hábeis produziram produtos *ersatz* para os que (como os nitratos chilenos, por exemplo) tiveram a importação impedida pelo bloqueio naval britânico. As terras ocupadas do Luxemburgo e norte da França foram exploradas em carvão e minério, os trabalhadores belgas foram recrutados para fábricas alemãs, o trigo e o petróleo romenos foram sistematicamente saqueados depois da invasão de 1916. Como Napoleão e Hitler, a liderança militar alemã procurou fazer com que a conquista rendesse.<sup>224</sup> Na primeira metade de 1917, com a Rússia em colapso, a França oscilando e a Grã-Bretanha sob o “contrablockeio” dos submarinos, a Alemanha parecia estar na iminência da vitória. Apesar de toda a retórica da “luta até o amargo fim”, os estadistas em Londres e Paris iriam, nos doze meses que se seguiram, examinar preocupadamente as possibilidades de um acordo de paz, até qual a situação se invertesse.<sup>225</sup>

Mas atrás dessa aparência de poderio militar-industrial teutônico, havia problemas sérios, que não se evidenciariam muito antes do verão de 1916, isto é, enquanto o exército alemão permaneceu na defensiva no oeste e realizou ataques amplos no leste. Mas as campanhas de Verdun e da Somme foram de uma nova magnitude, tanto em capacidade de fogo como nas baixas sofridas. E as baixas alemãs na frente ocidental, que foram de cerca de 850 mil homens em 1915, pularam para quase 1,2 milhão em 1916. A ofensiva da Somme, em particular, impressionou os alemães, pois demonstrou que os ingleses estavam, finalmente, empenhando todos os recursos nacionais para uma vitória militar; e levou, por sua vez, ao chamado Programa Hindenburg de agosto de 1916, que proclamou uma enorme expansão da produção de munições e um controle muito maior sobre a economia e a sociedade alemãs para enfrentar as exigências da guerra total. Essa combinação de um regime autoritário, exercendo todo o poder sobre a população, e um grande aumento na tomada de empréstimos e lançamento de papel-moeda pelo governo, em lugar de aumentar os impostos e dividendos — o que provocou acentuada inflação — constituiu um forte golpe no moral popular, ingrediente da estratégia geral que Ludendorff estava muito menos preparado para compreender do que, digamos, políticos como Lloyd George ou Clemenceau.

Mesmo como medida econômica, o Programa Hindenburg teve problemas. O anúncio de totais fantásticos de produção — duplicação da produção de explosivos, triplicação da produção de metralhadoras — provocou todo o

tipo de congestionamentos, enquanto a indústria alemã lutava para atender a essas exigências. Eram necessários não só muitos trabalhadores adicionais, como também um investimento infra-estrutural maciço, desde novos altos-fornos até pontes sobre o Reno, que utilizavam ainda mais mão-de-obra e recursos. Dentro de pouco tempo, portanto, tornou-se claro que o programa só podia ser realizado se trabalhadores especializados fossem liberados do serviço militar; dessa forma, 1,2 milhão de homens deixaram o exército em setembro de 1916, e mais 1,9 milhão em julho de 1917. Devido às sérias perdas na frente ocidental e as baixas ainda consideráveis no leste, esses afastamentos significavam que a população masculina capaz da Alemanha estava chegando aos últimos limites. Sob esse aspecto, embora Passchendaele fosse uma catástrofe para o exército britânico, foi também considerada como um desastre por Ludendorff, que viu mais 400 mil de seus soldados incapazes. Em dezembro de 1917 os efetivos do exército alemão estiveram sempre abaixo do máximo de 5,38 milhões de homens que tinha seis meses antes.<sup>226</sup>

A falha final do Programa Hindenburg foi a indiferença crônica pela agricultura. Mais do que na França ou Rússia, homens, cavalos e combustível foram retirados da terra para as necessidades do exército ou da indústria de munições — um desequilíbrio insensato, já que a Alemanha não podia (como a França) compensar esses erros de planejamento com alimentos vindos de além-mar. Embora a produção agrícola aumentasse muito na Alemanha, os preços dos alimentos subiram às nuvens e o povo queixava-se, por toda parte, da escassez de comida. No rigoroso julgamento de um estudioso, “concentrando-se desequilibradamente na produção de munições, os dirigentes militares da economia alemã levaram o país à beira da fome em fins de 1918”.<sup>227</sup>

Mas essa época estava ainda muito distante de princípios de 1917, quando eram os Aliados que sentiam o peso da guerra e quando a Rússia estava desabando no caos, e tanto a França como a Itália pareciam não estar longe da mesma sorte. É nesse contexto estratégico geral, estando cada bloco esgotado pela guerra mas dispondo a Alemanha ainda de uma vantagem militar geral, que devemos colocar as ineptas políticas do alto comando para com os Estados Unidos nos primeiros meses de 1917. Não há segredo no fato de que a tendência americana era a favor dos Aliados, antes mesmos disso; apesar de discordâncias ocasionais sobre o bloqueio naval, a simpatia ideológica geral pelas democracias aliadas e a crescente dependência em que os exportadores americanos se encontravam dos mercados da Europa ocidental, impediram que Washington fosse totalmente neutra em relação à Alemanha. O anúncio de uma campanha irrestrita dos submarinos contra o transporte marítimo e as revelações de ofertas secretas alemãs de uma aliança com o México (o “Telegrama Zimmermann”), porém, levaram finalmente Wilson e o Congresso a entrar na guerra.<sup>228</sup>

A significação da participação americana no conflito não foi militar, pelo menos nos 12 a 15 meses que se seguiram a abril de 1917, já que seu exército estava ainda menos preparado para as campanhas modernas do que qualquer uma das forças européias em 1914. Sua força produtiva, porém, estimulada pelos bilhões de dólares das encomendas aliadas de guerra, era sem rival. Seu potencial industrial e sua parcela da produção mundial de manufaturados era duas vezes e meia a da economia alemã, agora submetida a um esforço

excessivo. Podia lançar navios mercantes às centenas, uma necessidade vital num ano em que os submarinos afundavam mais de 500 mil toneladas mensais de navios britânicos e aliados. Podia construir destróiers no prazo espantoso de três meses. Produzia metade das exportações mundiais de alimentos, que podiam ser agora mandados para a França e a Itália, bem como para seu tradicional mercado britânico.

Em termos de poder econômico, portanto, a entrada dos Estados Unidos na guerra transformou totalmente o equilíbrio, e mais do que compensou o colapso da Rússia, ocorrido na mesma época. Como mostra o Quadro 24 (que deve ser comparado com o Quadro 22), os recursos produtivos agora dispostos contra as potências centrais eram enormes.

**Quadro 24. Comparação industrial/tecnológica com os Estados Unidos, excluindo a Rússia**

	<i>Reino Unido/ E.U.A./França</i>	<i>Alemanha/ Áustria-Hungria</i>
Porcentagem da produção mundial de manufaturados (1913)	51,7	19,2
Consumo de energia (1913), milhões de toneladas métricas de equivalente de carvão	798,8	236,4
Produção de aço (1913) em milhões de toneladas	44,1	20,2
Potencial industrial total (Reino Unido em 1900 = 100)	476,6	178,4

Devido à “lacuna temporal” entre a transformação desse potencial econômico em eficiência militar, as conseqüências imediatas da entrada americana na guerra foram mistas. Os Estados Unidos não podiam, no pouco tempo disponível, produzir tanques, artilharia de campo, e aviões nos números necessários (e na verdade tiveram de tomar emprestado à França e Inglaterra essas armas mais pesadas); podiam, porém, continuar a produzir grandes quantidades de armas menores e munições, e outras coisas de que Londres, Paris e Roma precisavam muito. E podiam chamar a si, retirando dos banqueiros, os acordos privados de crédito para custear todos esses produtos e transformá-los em dívidas intergovernamentais. A longo prazo, porém, o exército dos Estados Unidos podia ser ampliado e transformado numa vasta força de milhões de soldados descansados, confiantes, bem alimentados, a serem jogados na balança de forças européia.<sup>229</sup> Enquanto isso, os ingleses tinham de abrir caminho em meio ao lamaçal de Passchendaele, o exército russo se desintegrava, os reforços alemães permitiam às potências centrais desfechar um golpe devastador contra a Itália em Caporetto, e Ludendorff retirava algumas de suas forças do leste para lançar uma ofensiva final contra as enfraquecidas linhas anglo-francesas. Fora da Europa, é certo que os britânicos faziam conquistas importantes contra a Turquia no Oriente próximo. Mas a tomada de Jerusalém e Damasco seria uma pobre compensação pela perda da França, se os alemães finalmente conseguissem fazer no oeste o que tinham feito por toda parte da Europa.

Foi por isso que as lideranças de todos os principais beligerantes consideravam as iminentes campanhas de 1918 como absolutamente decisivas para a guerra como um todo. Embora a Alemanha tivesse de deixar bem mais de 1 milhão de soldados ocupando seu novo grande império conquistado no leste, finalmente reconhecido pelos bolcheviques no Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918), Ludendorff vinha transferindo forças para oeste num ritmo de dez divisões por mês desde princípios de novembro de 1917. Quando a máquina de guerra alemã estava pronta para atacar, em março de 1918, tinha uma superioridade de quase trinta divisões sobre as forças anglo-francesas, e muitas de suas unidades tinham sido treinadas por Bruchmüller e outros oficiais do estado-maior nas novas técnicas de guerra de surpresa com tropas de assalto. Se conseguissem abrir uma brecha nas linhas aliadas e chegar a Paris ou ao canal da Mancha, seria o maior feito militar da guerra. Mas os riscos eram também enormes, pois Ludendorff estava mobilizando todos os recursos que restavam à Alemanha para essa única campanha: seria um jogo de “tudo ou nada” de proporções épicas. Atrás das cortinas, a economia alemã enfraquecia-se de maneira ominosa. Sua produção industrial tinha baixado a 57% do nível de 1913. A agricultura estava mais negligenciada do que nunca, e o mau tempo contribuiu para o declínio da produção; os novos aumentos de preços dos alimentos intensificaram o descontentamento interno. O material rolante, já desgastado, era incapaz de movimentar o planejado volume de matéria-prima dos territórios orientais. Das 192 divisões empregadas por Ludendorff no oeste, 56 eram denominadas “divisões de ataque”, uma forma de disfarçar o fato de que iriam receber a parte de leão do decrescente estoque de equipamentos e munições.<sup>230</sup> Era um jogo que o alto comando acreditava ter de vencer. Mas se o ataque fracassasse, os recursos alemães estariam esgotados — e isso exatamente no momento em que os americanos eram, finalmente, capazes de lançar quase 300.000 soldados por mês na França, e a campanha ilimitada dos submarinos tinha sido contida pelos comboios aliados.

Os primeiros êxitos de Ludendorff — esmagar o Quinto Exército Britânico que estava em inferioridade numérica, introduzir uma cunha entre as forças francesas e inglesas, e avançar em princípios de junho até quase 60 quilômetros de Paris em outra de suas investidas — assustaram os Aliados, levando-os a entregar a Foch a coordenação suprema de suas forças na Frente Ocidental, a mandar reforços da Inglaterra, Itália e Oriente Próximo, e a se preocuparem mais uma vez (secretamente) com um acordo de paz. Mas a verdade é que os alemães tinham estendido demasiadamente suas linhas, e sofreram as conseqüências habituais de passar da defensiva para a ofensiva. Nos dois primeiros golpes pesados contra o setor britânico, por exemplo, tinham provocado 240 mil baixas britânicas e 92 mil francesas, mas suas perdas subiram a 348 mil homens. Em julho, “os alemães perderam cerca de 973 mil homens, e mais de um milhão foram relacionados como doentes. Em outubro havia apenas 2,5 milhões de soldados no oeste, e a situação de recrutamento era desesperadora.”<sup>231</sup> A partir de meados de julho, os Aliados eram superiores não só em soldados novos, mas também em artilharia, tanques e aviões — permitindo a Foch orquestrar toda uma série de ofensivas pelos exércitos britânico, americano e francês, não dando descanso às enfraquecidas forças

germânicas. Ao mesmo tempo, a superioridade militar dos Aliados e seu poder de resistência evidenciavam-se em vitórias impressionantes na Síria, Bulgária e Itália. De repente, em setembro/outubro de 1918, todo o bloco liderado pela Alemanha pareceu, a um Ludendorff tomado de pânico, estar desmoronando, o descontentamento interno e as revoluções combinando-se com as derrotas na linha de frente para produzir a rendição, o caos e a comoção política.<sup>232</sup> Não só o esforço militar alemão estava acabado, portanto, como também a velha ordem na Europa estava arruinada.

À luz das terríveis perdas individuais, do sofrimento e devastação ocorridos tanto na frente de batalha como na frente interna,<sup>233</sup> e da maneira pela qual a Primeira Guerra Mundial tem sido considerada como um golpe mortal à civilização e influência européias no mundo, infligido por ela mesma,<sup>234</sup> pode parecer grosseiramente materialista incluir mais um quadro estatístico a esta altura (Quadro 25). Mas a verdade é que esses números indicam o que dissemos acima: que as vantagens das potências centrais — boas linhas internas, a qualidade do exército alemão, a ocupação e exploração de muitos territórios, o isolamento e derrota da Rússia — não podiam, a longo prazo, superar a desvantagem maciça em força econômica, e a considerável desvantagem no total das forças mobilizadas. Tal como o desespero de Ludendorff por se ver sem soldados capazes em julho de 1918 foi um reflexo do desequilíbrio de forças, assim também a admiração do *Frontsoldat* médio ante o bom abastecimento das unidades por eles dominadas na primavera daquele ano era um indício do desequilíbrio da produção.<sup>235</sup>

**Quadro 25. Despesas de guerra e total de forças mobilizadas, 1914-1919<sup>236</sup>**

	<i>Despesas de guerra pelos preços de 1913 (bilhões de dólares)</i>	<i>Total das forças mobilizadas (milhões)</i>
Império Britânico	23,0	9,5
França	9,3	8,2
Rússia	5,4	13,0
Itália	3,2	5,6
Estados Unidos	17,1	3,8
Outros Aliados*	-0,3	2,6
Total Aliados	57,7	40,7
Alemanha	19,9	13,25
Austria-Hungria	4,7	9,00
Bulgária, Turquia	0,1	2,85
Total potências centrais	24,7	25,10

\* Bélgica, Romênia, Portugal, Grécia, Sérvia.

Embora fosse um erro, portanto, pretender que o resultado da Primeira Guerra Mundial estivesse predeterminado, os dados aqui apresentados sugerem que o curso geral desse conflito — o impasse inicial entre os dois lados, a ineficiência da participação italiana, a lenta exaustão da Rússia, o peso

decisivo da intervenção americana na manutenção das pressões aliadas e o colapso final das potências centrais — tudo isso tem correlação estreita com a produção econômica e industrial e com as forças efetivamente mobilizadas e disponíveis a cada uma das alianças nas fases da luta.

Sem dúvida, os generais ainda tinham de orientar (ou desorientar) as suas campanhas, os soldados ainda tinham de dispor da coragem moral individual para atacar uma posição inimiga, e os marinheiros ainda tinham de suportar os rigores da guerra no mar; mas a história mostra que tais qualidades e talentos existiram dos dois lados, não sendo desfrutadas em medidas desproporcionais por uma das coalizões. O que um dos lados desfrutou, em particular depois de 1917, foi uma acentuada superioridade das forças produtivas. Como em guerras de coalizão anteriores e prolongadas, esse fator acabou sendo decisivo.

# 6

## O Advento de um Mundo Bipolar e a Crise das “Potências Médias”: Segunda Parte, 1919-1942

### **A ordem internacional de pós-guerra**

Os estadistas das potências maiores e menores, reunidos em Paris em princípios de 1919 para um acordo de paz, tiveram de enfrentar problemas mais numerosos e de difícil solução do que os encontrados pelos seus antecessores em 1856, 1814-1815 e 1763.

Embora muitos itens da agenda pudessem ser solucionados e incluídos no Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919), a confusão predominante na Europa oriental, com grupos étnicos rivais lutando para criar “estados sucessores”, a guerra civil e intervenções na Rússia, e a reação nacionalista turca contra a pretensa divisão ocidental da Ásia Menor, significaram que muitas coisas não foram resolvidas até 1920 e, em certos casos, 1923. Mas para sermos breves, esse grupo de acordos será examinado como um todo, e não na ordem cronológica real de sua celebração.

A modificação mais surpreendente na Europa, em termos jurídico-territoriais, foi o aparecimento de uma série de estados-nações — Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia — no lugar de terras que eram antes parte dos impérios Habsburgo, Romanov e Hohenzollern. Embora a Alemanha, etnicamente coerente, sofresse menores perdas territoriais na Europa oriental do que a Rússia soviética ou o império Austro-Húngaro, seu poder foi atingido de outras maneiras: pela volta da Alsácia-Lorena à França e pelas retificações de fronteiras com a Bélgica e a Dinamarca; pela ocupação militar aliada da Renânia e pela exploração econômica francesa do Sarre; pelas condições de “desmilitarização” sem precedentes (minúsculos exército e marinha costeira defensivos,